



# A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO E A SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PPA DA EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO<sup>1</sup>

Evanice dos Santos<sup>2</sup>

Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci<sup>3</sup>

## Resumo

O estudo tem como finalidade, analisar a eficiência das políticas educacionais adotadas na cidade de Porto Velho, frente a nova realidade situacional do município, devido a implantação das Usinas Hidrelétricas no rio Madeira (Santo Antonio e Jirau), em se tratando de oferta e demanda de empregos. Para isso, será utilizados dados documentais, livros, artigos e o PPA (Plano Plurianual) da educação do Município (2006-2009), que fundamentam a temática, para entender as necessidades educacionais que o indivíduo encontra ao ingressar no atual mercado de trabalho. Nesse contexto, pode-se afirmar que o nível de escolaridade exerce uma influência sobre a probabilidade de os indivíduos estarem ocupados e os retornos dessa inserção em termos de rendimentos. A transformação contínua que a sociedade apresenta, exigem políticas específicas que ofereçam à população, condições de ingressar nas novas oportunidades do mercado. Como resultado da pesquisa, busca-se promover a conscientização das necessidades desta educação, que dá condições, atualiza os saberes de acordo com as necessidades do mercado e promove o desenvolvimento local e regional.

**Palavras-chave:** Plano Plurianual; Necessidades educacionais; Desenvolvimento.

## THE FORMATION OF THE INDIVIDUAL AND THEIR INTEGRATION INTO THE LABOUR MARKET: AN ANALYSIS OF PPA PORTO VELHO EDUCATION

### Abstract

The study aims to analyze the effectiveness of educational politics adopted in the city of Porto Velho. Is used documentary, books, articles and the multiannual plan (PPA) education of the municipality (2006-2009), the thematic educational needs to understand that the individual is to join in the current labour market. In this context, we can say that the level of schooling exerts an influence on the likelihood of individuals being occupied and returns this insertion in terms of income. Current market characteristics and continuous transformation that society presents, require specific politics that offer people join conditions in the new market opportunities. As a result of research, seeks to promote awareness of the needs of this education, which gives conditions, updates the knowledges in accordance with the needs of the market and promotes local and regional development.

**Key words:** Multiannual plan; Educational needs; Development.

<sup>1</sup> *Contribuição técnica ao 65º Congresso Anual da ABM, 26 a 30 de julho de 2010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

<sup>2</sup> *Pedagoga, Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional- Universidade de Taubaté – UNITAU -SP*

<sup>3</sup> *Professora Assistente Doutora do programa de Gestão e Desenvolvimento Regional- UNITAU - SP -*



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, nos deparamos com um cenário complexo e contraditório, principalmente no que tange às transformações no mundo do trabalho. Dentre os processos sociais e as polêmicas contemporâneas destacam-se aquelas envolvendo a problemática do conhecimento e da formação profissional face ao processo de reestruturação produtiva do capitalismo global. Nesse contexto, o estudo busca mostrar alguns aspectos importantes que envolvem a formação do indivíduo para o atual mercado de trabalho do município de Porto Velho, estado de Rondônia no período de 2006-2009, baseando-se nos Programas apresentados pelo Plano Plurianual da Educação do município, direcionados à qualificação e formação para a nova demanda de oferta de trabalho, surgidas no cenário regional, devido a implantação de duas Usina Hidrelétricas no rio Madeira.

Longe de esquecer os ciclos do extrativismo que movimentaram a economia rondoniense, a economia do estado hoje, se concentra em torno da agropecuária, e principalmente, da construção das usinas de Santo Antonio e Jirau. As usinas do rio Madeira abrem uma nova fase em Rondônia, que já experimentou dois ciclos de progresso com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e o Garimpo de ouro conforme destaca Fiero.<sup>(1)</sup>

O presente artigo está apresentado em cinco partes: introdução, material e métodos, resultados, discussão e conclusão, e oferece subsídios para uma análise sobre a política de gestão da educação profissional configurada no Plano Plurianual do município de Porto Velho; um olhar sobre o planejamento, que abre espaços para compreender a dinâmica institucional do município.

### 1.2 Objetivo

O estudo tem como finalidade, analisar a eficiência das políticas educacionais adotadas na cidade de Porto Velho. Para isso, foi utilizado dados documentais, livros, artigos e o PPA (Plano Plurianual) da educação do Município (2006-2009), visto que podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental, voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

### 1.3 Revisão da Literatura

Segundo o Ministério da Educação,<sup>(2)</sup> a educação escolar brasileira tem atingido, nos últimos anos, dimensões gigantescas. Por fatores demográficos, em quinze anos, a população do país passou de 135 milhões para 184 milhões de habitantes, concentrado cada vez mais nas cidades, restando somente 15% na zona rural.

A construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, no rio madeira atrairá para Porto Velho, um expressivo contingente populacional, incluídos os técnicos e trabalhadores diretamente empregados e pessoas = que vislumbram novas possibilidades de desenvolvimento proporcionadas pelo empreendimento. Independentemente dessa obra, a cidade já vinha crescendo de maneira acentuadas nos últimos anos, conforme se pode observar na Tabela 1.



**Tabela 1** – População residente segundo zona de localização. Porto Velho -2000/05<sup>(3)</sup>

Ano	População Total	Zona de Localização	
		Urbana	Rural
2000	334.661	271.064	63.597
2001	342.264	277.222	65.042
2002	347.844	281.742	66.102
2003	353.961	286.697	67.264
2004	380.884	308.503	72.381
2005	373.917	302.873	71.044

Nota: Dados estimados, com exceção dos relativos ao ano 2000.

Uma recontagem de população realizada em outubro de 2007 indicou para este ano (2010) uma população de 371.791 habitantes, mostrando que as projeções estavam ligeiramente sobreestimadas. Com a liberação da licença ambiental para a construção das hidrelétricas no rio Madeira, segundo o Plano Diretor do município, há previsão da chegada de um significativo contingente migratório em Porto Velho, conforme Tabela 2.

**Tabela 2** – População estimada e incremento ocorrido em função das usinas hidrelétricas – Porto Velho – 2008/2010<sup>(4)</sup>

Anos	População Estimada	Incremento	Taxa de Crescimento	População Total
2008	394.822	8.636	4,06	403.458
2010	419.838	40.400	14,07	460.238

Pelo fato de estar localizada às margens do rio Madeira, a cidade de Porto Velho teve toda a sua história vinculada a esse rio que, integrando as grandes hidrovias da região amazônica, a interliga aos principais centros urbanos regionais.

Segundo o Plano Diretor do município de Porto Velho<sup>(5)</sup> sua localização sempre foi considerada estratégica, na medida em que a realização de obras de infra-estrutura de transporte fluvial permitiria às regiões produtoras da Amazônia e do cerrado brasileiro ter acesso aos mercados mundiais, tanto na direção do Oceano Pacífico, atingindo os emergentes mercados asiáticos, como rumo à América do Norte, Europa, América do Sul e África .

Porto Velho faz parte da mesorregião de Madeira-Guaporé e da microrregião que engloba Porto Velho, Cujubim, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Campo Novo de Rondônia, Buritis e Nova Mamoré.

As usinas hidrelétricas do rio Madeira, vitrines do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), custarão R\$ 21 bilhões e injetarão R\$ 8 bilhões por ano na economia de Rondônia até 2013.<sup>(6)</sup>

Outro indicador da dinamização da economia do município está no fato de que, neste momento, há dois *shoppings centers* de grande porte se instalando no município, um concluído e o outro em construção. Prevê-se também, uma relação direta entre a construção das usinas e a demanda por serviços de apoio às empresas locais. Para atender as exigências dessa nova realidade regional, está sendo discutido e avaliado, as condições que o poder público oferece à população através de um estudo do PPA (Planejamento Plurianual ) da Educação do Município.

Desde a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 165, existe a determinação para o poder Executivo instituir os PPAs onde estabelecerão de forma



regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração Brasil,<sup>(7)</sup> e no artigo 128, inciso I, da Lei Orgânica do município .

Segundo Souza,<sup>(8)</sup> o planejamento urbano deve ser realizado a longo prazo, pois é uma forma que têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir deste conhecimento, procurar se precaver contra os problemas e dificuldades ou aproveitar melhor os benefícios.

O PPA tem vigência ao longo de quatro exercícios financeiros, devendo seu projeto ser enviado para aprovação na Câmara Municipal. Ele foi concebido para desempenhar papel estruturador, organizador e compatibilizador de toda a ação governamental.

No PPA da Educação (SEMED, 2006/2009)<sup>(9)</sup> do município de Porto Velho, encontra-se destacado o Programa “Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos”, com o objetivo de proporcionar a elevação do grau de escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local (PPA-2006/2009). O programa está direcionado ao público de jovens e adultos, na faixa etária entre 18 a 24 anos, e segundo os dados do Censo Demográfico<sup>(3)</sup> a taxa de escolarização do grupo de idade de 18 à 24 anos apresentou 34,8% de frequência à escola. Considerando-se o volume dessa demanda em Porto Velho, segundo registros no Plano de Trabalho da Secretaria Municipal de Educação e com base nos números do Governo Federal (IPEA), foi identificada uma clientela da ordem de 11.497 jovens.

O Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos se faz necessário, devido a importância da Formação e Qualificação Profissional do indivíduo. A competência profissional nos dias de hoje, é discutida em vários segmentos empresariais, e nesse contexto, também está a questão da necessidade educacional para a formação do indivíduo que busca entrar no mercado de trabalho.

No estágio atual do capitalismo flexível, observa-se um progressivo deslocamento do conceito-chave da sociologia do trabalho – a qualificação profissional –, para a noção de competências profissionais.<sup>(10)</sup>

O debate acerca da relação entre educação e trabalho pode ser construído sob dois aspectos: a aquisição de educação como um importante atributo do indivíduo que potencializa suas vantagens em termos de qualificação e produtividade e, conseqüentemente, gera maiores retornos desse investimento como inserção ocupacional e renda; e, o efeito da aquisição educacional que não se limita aos ganhos individuais.

Os modelos atuais de desenvolvimento e crescimento demandam uma força de trabalho mais educada e com certas especificidades. As recentes transformações na sociedade produziram mudanças no sistema produtivo, que passa a requerer trabalhadores com capacidades e habilidades consideradas distintas dos modelos anteriores de desenvolvimento conforme destaca Tafner.<sup>(11)</sup>

As condições e as características dessa aquisição é que vão determinar a natureza da oferta de trabalho e sua compatibilidade com as características da demanda. Tal questão é um dos grandes desafios para o entendimento da relação entre oferta e demanda, dadas as mudanças no perfil de escolaridade, da força de trabalho e das mudanças no sistema produtivo.

No Brasil a sociedade é desigual na produção e na distribuição de bens, serviços e riquezas, prevalecendo numericamente àqueles que não atingem

patamares de renda compatíveis com um viver digno, excluídos que são dos direitos sociais e do exercício efetivo dos direitos políticos.

Segundo Hohlfeldt<sup>(12)</sup> o Brasil no século XIX, insere-se no mundo capitalista trazendo como resultados nos anos 1920 um processo de industrialização, que requer uma escola que atenda uma nova classe social: a média urbana. Esta necessitava de transmissão formal de conhecimentos para formalizar atividades. A escola recebeu uma importância muito grande do Estado, daí então surgindo à escola pública brasileira, mas sempre servindo a determinados interesses que não eram evidentemente, da maioria da população.

Aproximando-se de um novo milênio, a economia é influenciada por tendências neoliberais e processos de globalização. O mercado de trabalho passa a exigir do indivíduo novas competências e constantes aperfeiçoamentos, tanto daqueles que estão inseridos no mercado como dos que desejam ou necessitam entrar. Educar para o trabalho passa a ter estreita relação com a vida social.

Segundo Pinto<sup>(13)</sup> o adulto é, por conseguinte um trabalhador trabalhado. Por um lado, só subsiste se efetua trabalho, mas, por outro, só pode fazê-lo nas condições oferecidas pela sociedade onde se encontra inseridas. Nesse sentido, o trabalho expressa e define a essência do homem em todas as fases de sua vida, mas é no período adulto que melhor compreende seu significado com fator constitutivo na natureza humana. É nesse sentido que o homem é visto pela sociedade, como produto do seu trabalho.

Ainda conforme descreve Pinto, o sistema social exige novos conhecimentos, novas habilidades, e o adulto com o seu conhecimento usual, já não se torna suficiente para exercer a nova realidade tecnológica e de conhecimento no mundo do trabalho e de todas as suas possibilidades. O adulto vê-se “como membro da sociedade ao qual cabe a produção social, a direção da sociedade e a produção da espécie”.<sup>(13)</sup>

O trabalho passa a expressar e definir a essência do homem fazendo-o compreender-se como fator constitutivo da natureza humana. Com isso, percebe-se a necessidade de educar para a cidadania, pois o mundo está cada vez mais exigente buscando personalidades competentes.

A educação técnico-profissional não se tem colocado à margem dessa discussão, e hoje começa a refletir sobre a necessidade de estar articulada à educação geral, para evitar a dualidade histórica entre educação propedêutica X educação profissional-instrumental, dando respostas à dupla dimensão dos objetivos educacionais: preparar o profissional competente e o cidadão socialmente responsável e o sujeito-político comprometido com o bem-estar coletivo.

Dentro desta perspectiva educacional busca-se, discutir uma proposta de formação orientada para o trabalho que leve em conta os desafios postos por um contexto de globalização econômica, de novas formas de organização da produção e do trabalho e dos crescentes processos de democratização da sociedade.

É relevante citar as políticas públicas previstas no Plano Plurianual da Educação<sup>(14)</sup> como ponto importante para a problemática abordada, visto que podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental, voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Dentro deste contexto o governo federal lançou um conjunto de medidas voltado para o planejamento e gestão dos municípios para combater a desigualdade social e proporcionar melhores condições de trabalho e educação para a população.

Faz parte desse Plano o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF),<sup>(15)</sup> o qual expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como sócio-educativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sócio-familiar. Esse programa é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)<sup>(15)</sup> que possui unidade em Porto Velho e em várias capitais do país. O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, destinado à prestação de serviços e programas sócio-assistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação inter-setorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

O PAIF tem como objetivos contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer a autonomia das famílias e comunidades.

Seu público alvo é a população em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e que vivenciam situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros.

Algumas ações da proteção social básica devem ser desenvolvidas necessariamente nos CRAS, como o Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF),<sup>(15)</sup> e outras, mesmo ocorrendo na área de abrangência desses centros, podem ser desenvolvidas fora de seu espaço físico, desde que a ele referenciadas.

O ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens foi instituído pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de fevereiro de 2005 pela Medida Provisória 238 e é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude. É executado por meio de parceria entre o Governo Federal e as prefeituras das capitais, com participação de universidades federais e entidades de direito público e privado sem fins lucrativos. A gestão do programa é compartilhada entre a Secretaria-geral da Presidência da República e os ministérios de Educação, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Seu objetivo é promover, no público específico, a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público que são realizadas de forma articulada com a formação profissional, caracterizando o estágio civil. Os jovens passam por um período de 12 meses de para se qualificarem, todos os alunos passarão por um exame nacional de avaliação para receberem o certificado do ensino fundamental.

As metas do Pró-Jovem são promover o retorno e permanência do jovem na escola; proporcionar formação para o mundo do trabalho; apoiar na identificação de oportunidades de emprego; estimular o jovem a prosseguir nos estudos; contribuir para a identificação, planejamento e desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e a inclusão digital como instrumento de atividade produtiva, de comunicação e integração social. O programa em Porto Velho beneficia cerca 3.300 jovens através de 22 núcleos com 110 turmas.



## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Segundo Lakatos e Marconi<sup>(16)</sup> “o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo.

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos é descritiva, “delinea o que é”, abordando também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente, e bibliográfica, a qual, oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente.<sup>(16)</sup>

Nesta pesquisa será utilizado fontes documentais de arquivos públicos e fontes estatísticas.

## 3 RESULTADOS

É necessário, no mundo globalizado em que vivemos, comprovar que a educação que prepara o indivíduo para ler e escrever, também pode trabalhar em conjunto com o lado cidadão, preparando o indivíduo para viver no universo sócio-econômico de forma consciente de seus direitos e deveres como integrante de uma sociedade capitalista.

A formação profissional não pode ser reduzida a uma questão técnica, e nesse contexto, Silva<sup>(17)</sup> afirma que a transformação de questões políticas e sociais em questões técnicas é justamente uma das operações centrais do pensamento neoliberal.

Há de existir, portanto, uma preocupação em prever situações acerca das necessidades do desenvolvimento local e regional, para que seja possível adequar a formação educacional do cidadão local, para que ele possa competir com a mão de obra qualificada advinda de outros locais do País.

Assim, os problemas sociais e, por conseguinte, os problemas educacionais, não são vistos como questões políticas, como resultado e objeto de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais, simbólicos e de poder, mas como questões técnicas, de eficácia/ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais.<sup>(17)</sup>

Nesse sentido, pode-se dizer que é assim que a reforma educacional brasileira está sendo tratada, como uma necessidade imperiosa do mercado, que exige mudanças técnicas e operacionais na formação profissional.

Pode-se verificar através do PPA da educação que não houve uma previsão para suprir a demanda de oferta de emprego devido a mudança no cenário devido à construção das Usinas, aos *shopping-centers*, e ao crescimento demográfico consideravelmente avançado neste período (2006/2009). É interessante observar que, segundo essas projeções, Porto Velho deverá ter em 2010, uma população que, segundo estimativas, em condições normais só alcançaria em 2015.

O trabalho deverá ser continuado, no sentido de pesquisar junto a Semdes (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sócio-econômico), para que seja possível identificar as ações planejadas e desenvolvidas no setor de Formação Profissional,

para fins de formação adequada para as novas exigências do mercado de trabalho do município de Porto Velho-RO, pois no Plano Diretor do Município, Art. 75 – Fica assegurado a todo cidadão o acesso às informações constantes do Sistema de Informações Municipais (Plano Diretor, 2008).<sup>(5)</sup>

No Plano Nacional de Educação<sup>(14)</sup> há um consenso que a formação para o trabalho exige níveis cada vez mais altos de aprendizagem, onde o aluno possa desenvolver habilidades técnicas, assim como práticas voltadas para o mercado de trabalho, objetivando integrar o conhecimento à prática.

Percebe-se que existe uma discussão, uma política definida pelo Governo Federal; mas muito pouco se tem feito à nível estadual e municipal, para que realmente essa política seja efetivada.

É importante também se considerar, que quando se pensa na oferta de uma educação profissional, há de se rever as responsabilidades que devem ser compartilhadas entre o setor educacional, Secretarias do Trabalho, Ministério do Trabalho, que exige a colaboração de múltiplas instâncias do poder público e da sociedade civil.

Este se detém, principalmente no artigo 7º (PPA),<sup>(14)</sup> que define que o Plano Plurianual deverá ser revisto, necessariamente, quando ocorrerem:

I - Modificações na realidade social, econômica e financeira do Município e, conseqüentemente, na estruturação do gasto público;

O Programa de Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, está voltada apenas para a faixa etária entre 18 e 24 anos, o que não atende de forma efetiva a necessidade de suprir as lacunas da deficiência educacional e profissional dos habitantes do município. O PPA apenas cita como programa o Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, como base da política nacional, na qual se prevê a adesão dos Governos Municipais e Estaduais, assentando-se nos pressupostos (PPA, 2006-2009).<sup>(14)</sup>

mas não descreve as ações a serem desenvolvidas ao longo dos quatro anos, apenas cita:

- capacitar para o mundo do trabalho;
- gerar trabalho e renda;
- melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

#### **4 DISCUSSÃO**

Ao nível global, a sociedade do conhecimento está redefinindo o papel da educação. Ao nível regional, as instituições públicas terão que aproveitar as oportunidades geradas pelas necessidades da economia, da informação e do conhecimento, para que ofereçam possibilidade, não só de expansão, mas de desenvolvimento.

Apesar de estar claro no Plano Plurianual da Educação, da preocupação de criar propostas de programas de formação e qualificação dos trabalhadores a fim de alavancar o crescimento econômico do município, falta uma política que promova a inserção no mercado de trabalho, para que esses profissionais aumentem sua chance na busca de uma colocação de sucesso, para que esses programas atinjam a meta de geração de empregos e renda. Para que isso seja possível, se faz necessário a implantação de um sistema, cujo objetivo seja integrar as ações do setor público nas áreas de trabalho e educação e que articule com as instituições privadas a oferta de novas oportunidades de emprego e renda. Aliar a política do





emprego e a política educacional, a fim de promover a inserção deste indivíduo no mercado de trabalho.

As Usinas Hidrelétricas estavam sendo discutidas desde 2006, e desde então em processo de autorização ambiental, mas já definido que era questão de tempo, e a provável implantação ocorreria no início de 2009, o que poderia estar planejado várias ações para a nova necessidade de mão de obra local e regional, pois um dos objetivos do PPA, é o poder de intervir na realidade local, e conforme citado por Souza,<sup>(8)</sup> o planejamento urbano deve ser realizado a longo prazo, prevendo a evolução e a necessidade de mão de obra qualificada.

Necessário se faz neste município de uma ampliação da oferta da educação profissional, com melhoria da qualidade, já que, a formação do indivíduo, é que vai determinar a oferta de trabalho, como cita Deluiz,<sup>(11)</sup> pois o conhecimento atual já não é suficiente para exercer a nova realidade tecnológica do atual mundo de trabalho,<sup>(13)</sup> incorporando novos contingentes sociais ao processo de formação profissional, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais, e um PPA que apresente Programas e ações condutores do desenvolvimento social e regional e indutor do crescimento econômico.

## 5 CONCLUSÃO

Através deste estudo, pode-se concluir que, não há informações precisas no PPA sobre a oferta ou previsão desta oferta de formação para o trabalho para a nova demanda populacional que constitui hoje o município de Porto Velho, em conseqüências das novas oportunidades de emprego surgidas no mercado. Se faz necessário, uma nova busca à SEMDES (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico), que têm as funções de buscar preparar o trabalhador para as diversas possibilidades de inserção de trabalho e geração de renda, observando as especificidades das áreas urbana e rural (PPA-SEMDES, 2006-2009).

No PPA da SEMDES encontra-se previsto em prol da formação profissional, dois Programas: O primeiro de Qualificação Profissional, Social e Certificação, com o Objetivo de preparar o trabalhador para as diversas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e geração de renda, observando especificidades das áreas urbanas e rural. Este Programa é direcionado à População desempregada, subempregada e de baixa renda, com a intenção de contribuir para o acesso e permanência do trabalhador no mercado de trabalho, e deve articular as possibilidades geradas pelo desenvolvimento local, para a formação integral e cidadã, emprego e renda do município. Os Programas de Qualificação devem apresentar currículos que favoreçam a formação do trabalhador não para os postos de trabalho limitados, mas para arcos ocupacionais, proporcionando o domínio de saberes e práticas profissionais de conjuntos de ocupações relacionadas entre si, e fortalecer sua formação profissional, em articulação com a elevação de escolaridade, iniciando um itinerário formativo, que garanta a formação ao longo de sua vida profissional. Assim, o desafio da qualificação profissional e social é articular demandas de desenvolvimento local, com a formação do trabalhador, tornando-o apto a atuar como assalariado, autogestionário, cooperativado, autônomo ou empreendedor em atividades individuais ou coletivas. O Segundo Programa é o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, que tem por objetivo assegurar o crescimento sustentado da atividade econômica e do emprego, bem como as



demais políticas de trabalho, renda e sociais. Também está direcionada à população desempregada, subempregada e de baixa renda. O Programa defende a idéia de que ter um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda é integrar em todas as suas funções, a descentralização, a capilarização e a informatização com informações acessíveis sobre o mercado de trabalho, para todos os atores sociais, visando à efetividade social das políticas de emprego, trabalho e renda e à estruturação de um sistema único.

## REFERÊNCIAS

- 1 FIERO. Federação das indústrias do estado de Rondônia. PERFIL ECONÔMICO DE RONDÔNIA: ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO. Acesso em fev. 2009. [www.fiero.org.br](http://www.fiero.org.br)
- 2 BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. Brasília-a: Universidade de Brasília, 2005.
- 3 IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIARES – DESPESAS, RENDIMENTOS E CONDIÇÕES DE VIDA: BRASIL E GRANDES REGIÕES 2008-2009. Acesso em jan/2010, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- 4 SEMPLA. Secretaria municipal de planejamento e coordenação. SIMPLAG – SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Acesso em jan.2009. [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)
- 5 PLANO DIRETOR DE PORTO VELHO. Coordenação geral. Fundação Universitária de Brasília: FUBRA, 2008.
- 6 SEDES. Secretaria de estado de desenvolvimento econômico e social. Acesso em fev. 2010. [www.sedes.ro.gov.br](http://www.sedes.ro.gov.br).
- 7 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Acesso em jan/2010. [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)
- 8 SOUZA, M. L. DE. RODRIGUES, G.B. Planejamento urbano e ativismo sociais. São Paulo: Unesp, 2005.
- 9 SEMED. Secretaria municipal da educação de Porto Velho. Acesso em jan/2010. [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br).
- 10 DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 15-21, maio/ago. 1996;
- 11 TAFNER, P. “Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios”. Brasil: Estado de uma nação. pp.121-228. IPEA: Brasília, 2006.
- 12 HOHLFELDT, A. Para que serve a escola? Mundo Jovem. Porto Alegre. Out. 1987.
- 13 PINTO, D. C.o /org. O discurso pedagógico da modernidade. Revista Pedagógica, Brasília. V. 77, nº 185 p. 113- 135, jan/abr. 1996.
- 14 PPA – Plano Plurianual do Município de Porto Velho. Prefeitura Municipal:2008.Acesso em Nov/2009. [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br).
- 15 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Programas sociais. 2008. Disponível no site:[HTTP://www.mds.gov.br/noticias](http://www.mds.gov.br/noticias).. Acesso em 29 de setembro de 2009.
- 16 LAKATOS, E. M; Marconi, M. A. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.
- 17 SILVA, T.T. “A ‘nova’ direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia”, em Gentili, Pablo & Silva, Tomaz Tadeu da (eds.) Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas (Petrópolis: Vozes), 1994.